

NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA: reflexos da pandemia pelo COVID19

Rita de Cássia da Silva Oliveira¹
Flávia Oliveira Alves da Silva²

RESUMO

O envelhecimento é tema emergente nas pesquisas e estudos atuais, devido ao aumento da população idosa e a necessidade de políticas educacionais, para garantir condições de acesso ao conhecimento, empoderamento e a melhoria da qualidade de vida da população idosa. Esse artigo objetiva refletir sobre a educação permanente que alicerça a criação de diferentes ações educativas para o idoso em universidades, entre as quais as Universidades Abertas para a Terceira Idade. Com as mudanças no contexto social, resultado da Pandemia pelo Covid 19, todas as atividades presenciais na UATI/UEPG foram suspensas e exigidos distanciamento/isolamento social, sendo a pessoa idosa considerada um grupo de risco e o mais vulnerável no contexto pandêmico. Objetiva também revelar os impactos sobre os alunos da UATI-UEPG, resultado das mudanças ocasionadas pelo distanciamento social. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de rodas de conversas online, pelo aplicativo meet.

Palavras-chave: Universidade Aberta para a Terceira Idade. Idosos. Educação Permanente. Impactos pela COVID19. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

Aging is an emerging topic in current research and studies, due to the increase in the elderly population and the need for educational policies to guarantee conditions of access to knowledge, empowerment and the improvement of the quality of life of the elderly population. This article aims to reflect on permanent education that underpins the creation of different educational actions for the elderly in universities, including the Open Universities for the Third Age. With the changes in the social context, as a result of the Covid 19 Pandemic, all face-to-face activities at UATI/UEPG were suspended and required social distancing/isolation, with the elderly being considered a risk group and the most vulnerable in the pandemic context. It also aims to reveal the impacts on UATI-UEPG students, a result of the changes caused by social distancing. A bibliographic and field research was carried out, through online conversation circles, through the meet application.

Keywords: Open University for the Third Age. Elderly. Permanent Education. Impacts by COVID19. Educational Policies.

¹ Pós-doutora e Doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Permanente do Programa de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Curso de Pós Graduação Lato sensu em Gerontologia – EAD, Coordenadora do Mestrado em Educação Inclusiva. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. Presidente da Associação Brasileira das Universidades Abertas para a Terceira Idade – ABRUNATI. Membro Core Group do LARNA. E-mail: soliveira@uepg.br

² Advogada. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UCA. Professora da UNICESUMAR. Professora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. E-mail: flaviaoliveiraalvesdasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

A longevidade atualmente configura-se como um dos grandes desafios da atualidade. Devido ao aumento significativo do número de idosos, novas demandas sociais e políticas são necessárias para atender as necessidades desta faixa etária.

Na sociedade brasileira, a fase da velhice é revestida por muitos preconceitos, tornando esse segmento etário mais vulnerável e, por muitas vezes, os direitos básicos não são minimamente respeitados. Entre esses direitos, ressalta-se o referente à educação.

No ordenamento jurídico brasileiro, não existe uma política educacional para o idoso, mas políticas públicas que apresentam no decorrer de seu texto prescrições à educação, entre elas o Estatuto do Idoso que busca assegurar e garantir o respeito aos direitos básicos, entre os quais está a educação. As políticas públicas, em especial as educacionais, devem se voltar para garantir condições de acesso ao conhecimento, empoderamento da população idosa e a melhoria da qualidade de vida.

A Universidade além de ser um espaço educacional, cumpre sua função extensionista e o preceito constitucional referente ao direito à educação ao acolher os idosos por meio do Programa Universidade Aberta para a Terceira Idade, que se baseia na educação não formal.

Esse artigo objetiva refletir sobre a educação permanente que alicerça a criação de diferentes ações educativas para o idoso em universidades, entre as quais as Universidades Abertas para a Terceira Idade. Com as mudanças no contexto social, resultado da Pandemia pelo Covid 19, todas as atividades presenciais na UATI/UEPG foram suspensas e exigidos distanciamento/isolamento social, sendo a pessoa idosa considerada um grupo de risco e o mais vulnerável no contexto pandêmico. Objetiva também identificar os impactos sobre os alunos da UATI-UEPG, resultado das mudanças ocasionadas pela Pandemia pelo COVID19 na vida de cada um, pela exigência do distanciamento social. Diante nesse novo contexto social compulsoriamente estabelecido frente a pandemia pela COVID19, um novo olhar sobre o espaço educacional para a pessoa idosa foi esboçado.

O CENÁRIO BRASILEIRO E O AUMENTO POPULACIONAL

O fenômeno do envelhecimento tem assumido destaque na realidade mundial, considerando por um lado o aumento demográfico da população idosa e por outro lado a longevidade de um número maior de pessoas. As pessoas idosas estão ficando cada vez mais velhas e hoje não é surpresa se conhecer pessoas com mais de 100 anos e que desfrutam de uma boa qualidade de vida.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019),

A população mundial está envelhecendo, com pessoas com mais de 65 anos sendo a faixa etária de crescimento mais rápido. Em 2050, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos (16%), contra uma em 11 em 2019 (9%). Regiões onde a proporção da população com 65 anos ou mais é projetada para dobrar entre 2019 e 2050 incluem Norte da África e Ásia Ocidental, Ásia Central e Meridional, Leste e Sudeste Asiático e América Latina e no Caribe. Em 2050, uma em cada quatro pessoas que vivem na Europa e na América do Norte poderia ter 65 anos.

Alguns fatores contribuíram nessa nova demografia, entre os mais comuns incluem-se os avanços na área da medicina, ressaltando a descoberta de medicamentos, a aplicação da tecnologia no campo da saúde resultando em diagnósticos mais precisos, as vacinas, a maior especialização e qualificação de profissionais, registrando também a diminuição da fecundidade e diminuição das taxas de mortalidade, reforçando uma medicina preventiva e humanizada para essa faixa etária avançada, no intuito de garantir a longevidade com qualidade.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a longevidade constitui um dos grandes desafios da atualidade em nível mundial que impacta nos diferentes cenários sociais. O aumento significativo do número de pessoas idosas acarreta novas demandas sociais e políticas para atender as necessidades desta faixa etária.

Na sociedade brasileira, a fase da velhice ainda enfrenta muitos preconceitos, entre os quais: improdutividade, incapacidade de aprendizagem, de adaptação, desinteresse pela vida, ausência de futuro, impossibilidade de bem estar e de ser feliz, os quais vêm reforçar uma cultura na qual enaltece e valoriza a juventude.

Em uma sociedade que idolatra a juventude, a beleza, ser velho significa estar em um universo de rejeição e exclusão. Pois, a própria denominação “velho”, já traz consigo um grande conjunto de conotações pejorativas.

A sociedade brasileira tende a valorizar o belo, o bonito, descartando tudo que esteja fora deste padrão, sendo assim, os idosos incluem-se neste perfil. Souza (2003 p.16) levanta uma questão que afeta de forma ímpar neste estudo, “o velho como elemento humano detentor de experiências, de acúmulo histórico para a preservação dos valores culturais, parece ficar, na sociedade pós-moderna, destituído de um lugar”.

Definir velhice, em tempos de quebra de paradigmas é um desafio. Há quem faça uso dessa palavra para designar algo ou alguém fora de moda, sem utilidade ou ainda, improdutivo. Felizmente, essa visão pejorativa do termo vem sendo sobreposta por uma concepção mais ampla, onde fatores como o cronológico, biológico, psicológico e social devem ser analisados. (OLIVEIRA, 1999).

O tempo passa para todos e conseqüentemente todos envelhecem, por isso, o aspecto cronológico vai, um dia, ser parte de nossas vidas e trará com ele um diferente estágio onde distintas visões de mundo farão interpretar a vida com diversas lentes.

Segundo Oliveira (1999) se efetuada uma análise sob uma perspectiva histórica, pode-se compreender que o idoso é uma invenção social emergente da dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes, dos valores e culturas preponderantes.

A juventude e a velhice não são concepções absolutas, mas interpretações sobre o percurso da existência e, dessa maneira são passíveis de transformações.

Na sociedade brasileira, ser pessoa idosa significa carregar uma carga negativa muito grande porque se valoriza a juventude, somente essa é respeitada e enaltecida em detrimento da velhice.

A juventude ao ser valorizada, reforça-se comportamentos que negam a velhice, o que é tão nocivo quanto aceitar passivamente os preconceitos e estigmas referentes a essa faixa etária reforçando as injustiças, a violação de direitos e a crueldade aos quais as pessoas idosas estão culturalmente expostas.

A velhice se reveste de complexidade em diferentes dimensões, o idoso deve ser visualizado em todos os aspectos porque hoje está emergindo uma nova concepção de idoso, mais ativo, participativo, valorizado, conhecedor de seus

direitos e deveres como cidadão, indo na contra mão da representação coletiva até então predominante.

O Brasil ainda não equacionou satisfatoriamente a situação dos idosos e suas necessidades refletidas pela baixa prioridade atribuída à pessoa idosa (OLIVEIRA, 1999).

Esse estereótipo negativo às pessoas idosas, contribui para que sejam mais vulneráveis e fragilizadas em uma sociedade dinâmica, que se renova continuamente, exige flexibilidade e novos conhecimentos e, os direitos básicos são desconsiderados. Entre esses direitos, ressalta-se o referente à educação, o que não possui respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, o qual contempla alguns aspectos ao longo do texto como o Estatuto do Idoso que busca assegurar e garantir o respeito aos direitos básicos, entre os quais está a educação.

Diante desses aspectos, a pessoa idosa, (considerada no Brasil, as que possuem com 60 anos ou mais, conforme a Lei nº 10.741 de 2003 - Estatuto do Idoso, substituída pela Lei nº 14.423, de 2022 - Estatuto da Pessoa Idosa), torna-se atraente para pesquisas de diferentes áreas do conhecimento e a produção científica por meio de dissertações, teses, publicações de artigos, livros tem se intensificado.

O envelhecimento engloba diferentes aspectos, entre os quais físico, psicológico, social, econômico, cultural, religioso, espiritual e político, e a pessoa idosa deve ser identificado como um sujeito situado em seu tempo e espaço. Embora exista essa diversidade de pontos, o envelhecimento deve ser entendido como um processo vital, no qual todos as particularidades são relevantes, mas nem todos eles se desenvolvem no mesmo ritmo, ou seja, um ponto pode se acentuar mais que o outro e interferir significativamente no processo de envelhecimento daquela pessoa.

Como afirma Oliveira (1999, p.123) “[...] o envelhecimento da população é um fenômeno global que traz importantes repercussões nos campos social e econômico, especialmente nos países em desenvolvimento.”

Há a necessidade de aprender a envelhecer já que a longevidade e a expectativa de vida se ampliam, mas o importante é vivenciar a velhice com qualidade, dignidade e nesse aspecto a educação é relevante propiciando espaços

de integração e interação para os idosos, possibilitando a (re)significação da velhice e do processo de envelhecer.

O cenário nacional brasileiro esboça uma mudança de postura e de pensamento, permitindo emergir uma nova imagem de idosos que precisa ser concretizada e fortalecida, resultado de um processo de evolução tanto da concepção da velhice, como nas políticas públicas, na atenção da sociedade em geral, como no próprio comportamento e postura assumido pelos idosos deste novo século. (OLIVEIRA, D'ALENCAR, 2001, p.25).

“A velhice, como conjunto de convenções sociais, é uma categoria esquecida socialmente, enquanto na prática cotidiana e repetitiva, os problemas se avolumam” (OLIVEIRA, 1999, p.161).

Na mesma direção de pensamento, apresentam-se teorias que reconhecem a capacidade criativa e construtiva do idoso, ressaltada pela teoria da atividade referenciando novos papéis sociais que os idosos assumem na sociedade. Como suporte teórico, soma-se a teoria da continuidade a medida em que a vida é uma contínua descoberta, um desenvolvimento, exigindo adaptações das pessoas idosas para ser possível acompanhar as inovações sociais, o ritmo acelerado de mudanças que enfrenta a sociedade e possibilitar uma inclusão e participação social diante dos desafios, ressaltando a tecnologia que invadiu os diferentes campos de conhecimentos provocando saltos qualitativos em todos os saberes.

O Paradigma do Envelhecimento ativo preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é o que mais corresponde às necessidades atuais da pessoa idosa no seu desenvolvimento contínuo, com possibilidade de qualidade de vida, empoderamento, inclusão e participação social.

Aqui reside a relevância das políticas públicas, considerando sob o recorte educacional, para oportunizar à pessoa idosa instrumentos para sua participação e efetivamente cumprir o direito de educação ao longo da vida, direito alienável e constitucional a todo indivíduo.

Assim, especificamente quando se trata de políticas na área de educação, interpela-se sobre um sistema complexo, pois, segundo Gomes (2011), as políticas educacionais são construções sociais e históricas determinadas por condições sociais, culturais, políticas e econômicas. Isso explica a diversidade de políticas em diferentes períodos e governos, pois a influência dos determinantes mencionados indica a

interferência de diferentes interesses e concepções na elaboração das ações para o cumprimento da legislação.

Afirma-se que ...

Se políticas educacionais estão ligadas a direitos, os seus aspectos substantivos e procedimentais não estão sujeitos à discricionariedade de governos. Muito ao contrário, estão eles vinculados por parâmetros que devem ser seguidos como obrigações legais e que, portanto, podem ser reclamados por indivíduos como prerrogativas jurídicas. [...] Afirmar, portanto, que a educação é um direito humano implica o reconhecimento de que, sempre que essa prerrogativa estiver sob ameaça ou tiver sido violada, o(s) seu(s) titulares devem poder recorrer ao Judiciário a fim de obter um provimento capaz de assegurar a sua prevalência. (RANIERI, 2009, p. 64-65)

A Universidade como instituição voltada para elaboração e aplicação de saberes, além de ser um espaço educacional, cumpre sua função extensionista e o preceito constitucional ao acolher as pessoas idosas por meio de ações pedagógicas, entre as quais o Programa Universidade Aberta para a Terceira Idade, que se baseia na educação não formal.

A REALIDADE DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE DIANTE DA PANDEMIA PELO COVID19

A universidade, por excelência, é o lugar de produção e disseminação de conhecimentos. Por meio de sua função extensionista, a universidade elabora projetos, programas, cursos e ações pedagógicas voltados para a melhoria de vida da comunidade na qual está inserida.

Referente à educação, a legislação brasileira, ressaltando o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) no Capítulo V referente à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no Artigo 20 indica o direito da pessoa idosa à educação; Artigo 21 preconiza que “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”, seguido do Artigo 25 “O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual”.

Esses artigos indicados anteriormente demonstram a importância da educação permanente como instrumento eficiente para a valorização e reconhecimento do idoso

como um cidadão atuante, participativo e por isso merecedor de atendimento com qualidade.

Segundo Gadotti (1984) a educação permanente é a necessidade de uma educação que se prolonga durante toda a vida, uma necessidade de continuar constantemente a formação individual. Ressalta-se a ideia de totalidade como a que melhor exprime o ponto de partida da educação permanente, na medida em que focaliza o homem em toda a sua dimensão, imerso em uma realidade social.

Embora prevista por lei e reconhecida como necessária a todo cidadão durante toda a vida, mais discussões são necessárias para que sejam criados mais espaços educacionais para o idoso.

Segundo Oliveira (1999) se efetuada uma análise sob uma perspectiva histórica, pode-se compreender que o idoso é uma invenção social emergente da dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes, dos valores e culturas preponderantes. A juventude e a velhice não são concepções absolutas, mas interpretações sobre o percurso da existência e, dessa maneira são passíveis de transformações.

A educação surge como um poderoso instrumento nesta libertação e para tal deve ser entendida como uma prática social situada historicamente em uma realidade total que se modifica conforme a sociedade ao tipo de homem que se quer construir, podendo a educação ser trabalhada sob uma perspectiva ingênua ou crítica, que vise alienar ou libertar os indivíduos como um instrumento eficaz na criação do tipo de homem e de sociedade que se idealiza (OLIVEIRA, 1999).

“A educação propicia à terceira idade a aquisição de conhecimentos para instrumentalizá-la em uma participação mais ativa e integrada na sociedade, possibilitando crescimento pessoal e intelectual” (OLIVEIRA, SCORTEGANA, OLIVEIRA, 2015, p.88).

Diante do cenário de precarização da educação brasileira a população idosa enfrenta o desafio de se inserir na “sociedade do conhecimento”.

Deve-se considerar que o acesso ao conhecimento perpassa pelas condições materiais dos indivíduos, que podem facilitar ou excluir e acentuar a sua vulnerabilidade. Em um contexto em que se vivencia o isolamento social e o risco de contaminação e agravamento da saúde, tanto física quanto mental, exigem que o idoso

tenha contato com novas aprendizagens que demandam conhecimentos de tecnologia e seus meios para a inclusão digital.

A inclusão digital do idoso perpassa não somente os aspectos relacionados ao conhecimento, mas também se devem considerar questões motoras e psicológicas que influenciam no acesso às informações. O acesso às informações por meio da internet tornou-se um meio expressivo e uma ferramenta na socialização de informações que contemplam áreas de interesse direcionadas ao idoso.

Assim, as pessoas atualmente se conectam em tempo real com todo o planeta, a socialização incorpora as relações produzidas pela rede de interconexões de pessoas entre si mediadas pelas tecnologias da comunicação e da informação. Recebem informações dos diferentes meios de mídias eletrônicas, os quais poderão influenciar nas concepções, nos valores que nortearão as atitudes e nas representações sociais que cada um constrói ou ressignifica suas percepções, nortearo sua vida, intervindo nas relações intergeracionais, na cultura e na sua própria identidade.

Com isso, pode-se afirmar que as tecnologias digitais têm favorecido e ampliado as interações sociais por meio da internet, e tem auxiliado na prevenção da depressão e do isolamento social, especialmente os limitados fisicamente. Além de a internet ser utilizada como recurso para estimular as atividades cerebrais, ela oferece diferentes possibilidades de interação social para todas as faixas etárias (MIRANDA; FARIAS, 2009).

Conforme afirma Kachar (2003, p.52),

A geração nascida no universo de ícones, imagens, botões e teclas, transita na operacionalização com desenvoltura nesta cena visionária de quase ficção científica, mas outra, nascida em tempos de relativa estabilidade, convive de forma conflituosa com as rápidas e complexas mudanças tecnológicas, cuja progressão é geométrica.

E, justamente neste novo universo que se descortina e rapidamente se impõe a todos, exigindo mais informações, mais domínio da tecnologia surge a necessidade da educação permanente para o idoso. Contraditoriamente, a não inserção neste universo de relações, o trânsito pelas informações tecnológicas, certamente será mais um elemento de exclusão para o idoso, restringindo sua participação social, reforçando sua improdutividade, seu isolamento e sua marginalização.

Do ano de 2019 até os dias atuais, vive-se uma realidade diferente que impacta a todos os indivíduos pela exigência compulsória de mudanças de hábitos de vida e de trabalho. Com a pandemia pelo COVID19, tornou-se imprescindível o distanciamento e isolamento social, as atividades, em especial aqui, da UEPG sofreram uma interrupção e depois de alguns ajustes foram reiniciadas, mas sob outro formato, de maneira virtual, com a utilização de aplicativos, como o *Meet*, além de uma preparação e adaptação tanto dos docentes, discentes como do próprio setor administrativo.

Por sua vez, os Programas extensionistas sofreram esses impactos do isolamento diretamente porque suas atividades de convívio e da participação da comunidade não foram realizadas, mas foram reinventadas dentro das possibilidades passaram a ser desenvolvidas online.

As Universidades Abertas para a Terceira idade pautam-se na educação permanente, se apresenta como a necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida, compreendendo o mundo e tendo esperança de futuro. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, interagindo com quem está ao seu redor, oportunizando a participação e a inclusão social.

A UATI valoriza o saber e as experiências dos indivíduos, possibilita a inclusão social, caracteriza-se por ser um processo que possui o caráter de transformação e formação da pessoa em todos os seus aspectos: cognitivos, psicológicos, sociais e espirituais.

Pela aquisição de conhecimentos, o idoso se empodera e adquire mais condições de combater situações discriminatórias e de desrespeito que venha sofrer na sociedade.

Esse desenho reforça o novo paradigma da velhice, no qual o idoso é considerado mais ativo, participativo, inserido socialmente, um cidadão de direitos e de deveres, substituindo aquela representação negativa que a velhice por muito tempo sustentou, com impossibilidade de aprender, de aproveitar a vida, de desenvolver habilidades que ainda a própria pessoa desconhecia.

O processo de inclusão social deve estar fundamentado a partir da concepção de uma sociedade inclusiva, pautado no respeito, na aceitação das diferenças e na ampla colaboração entre os indivíduos (FREIRE, 2008).

A inclusão, além de um movimento educacional, é também um processo social e político, que visa defender o direito de todos à participação, de maneira responsável e consciente. Há necessidade de trabalhar para que haja a aceitação e o respeito diante das características que diferenciam os indivíduos de determinado grupo em relação à sociedade (FREIRE, 2008).

A velhice se reveste de complexidade em diferentes dimensões, o idoso deve ser visualizado em todos os aspectos porque hoje está surgindo um novo idoso, mais ativo, participativo, valorizado, conhecedor de seus direitos e deveres como cidadão.

Mesmo no período mais crítico da Pandemia, todas as atividades na UATI/UEPG foram realizadas de maneira remota, com algumas adaptações necessárias. Foram desenvolvidas por meio de aplicativos, o *Meet*, exigência devido ao distanciamento social imposto pelo contexto pandêmico. Percebeu-se a necessidade ainda maior por parte das pessoas idosas de manterem seus laços afetivos, de convivência, mesmo de maneira virtual, os quais contribuiriam para manter o equilíbrio físico e mental neste período de isolamento.

Foi necessário a realização de um treinamento para os idosos aprenderem a utilizar o aplicativo e depois foram iniciadas as atividades propriamente ditas. Além das atividades já existentes, rodas de conversa porque percebeu-se a grande necessidade de interação dos idosos com outros idosos, com a coordenação para superarem a solidão, a tristeza que muitos sentiram por perderem familiares e amigos na pandemia.

A pesquisa de campo foi realizada nessas rodas de conversa, nas quais foram coletados dados sobre os impactos que a pandemia ocasionou nos idosos. Cada roda de conversa teve a participação de cerca de 30 alunos e nem sempre foram os mesmos, sendo possível registrar a contribuição de 50 idosos diferentes para a coleta de informações.

Neste período atípico de distanciamento social, a participação dos idosos diminuiu significativamente nas atividades remotas oferecidas pela UATI. O principal motivo apontado foi a dificuldade de utilizar o aplicativo para ingressar nas aulas, outros registraram não possuírem computador, e também muitos idosos consideraram que iriam aguardar o retorno das aulas presenciais e que ingressariam novamente nas atividades da UATI.

Mesmo com um número bem menor, as atividades continuaram sendo desenvolvidas, com o mesmo entusiasmo e interesse de antes da pandemia.

Por meio de conversas informais, de situações que cada um está vivendo, do que sentem, o que esperam e outras falas do cotidiano, foi também perguntado sobre o que a pandemia ocasionou de impactos positivos e negativos na vida de cada um, que pode ser visualizado conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Aspectos positivos e negativos dos impactos da pandemia na vida dos idosos

Impactos Negativos	Impactos Positivos
Diminuição do convívio social, participação em festas.	Aprendizagem da utilização da tecnologia para comunicação por meio de alguns aplicativos como Zoom, Meet
Surgimento de algumas doenças chegando a início de depressão.	Acompanhamento de aulas da UATI por meio de aplicativos.
Diminuição de passeios e viagens.	Maior convivência familiar, e colaboração de membros da família nas atividades domésticas, como por exemplo nas compras cotidianas como as de supermercado
Sentimento de diminuição de liberdade de ir e vir, de sair quando tivesse vontade	Maior importância para a saúde.
Falta da convivência com os professores coordenadora e colegas da UATI.	Ocupação do tempo livre por meio das atividades e aulas online realizadas pelos professores e coordenador da UATI.
Carência afetiva das conversas, dos abraços e carinhos que são costumeiros entre os idosos na UATI.	Aprendizagem e a realização de compras pela internet.

Fonte: Elaboração pelas autoras.

Apesar deste contexto diferenciado devido a pandemia, percebe-se que os idosos também apontaram aspectos positivos resultados do distanciamento social e, o Programa da UATI nos seus 31 anos de existência, embora tenha que se reinventar mantém sua relevância ao proporcionar aos idosos a atualização, o compartilhamento de ideias, o fortalecimento e a busca de novas amizades, proporcionar a elevação da auto estima, o combate a solidão, a interação, inclusão e valorização do idosos.

Desta maneira, a UATI cumpre com seus objetivos, pela aprendizagem dos alunos, ressaltando o que se refere ao uso da tecnologia avançando no grau de autonomia e independência do idoso que frequenta esse programa extensionista.

ALGUMAS REFLEXÕES PARA CONCLUIR....OU PARA REINICIAR?

O Brasil ainda não equacionou satisfatoriamente a situação dos idosos e suas necessidades refletidas pela baixa prioridade atribuída ao idoso.

A inexistência de políticas educacionais para a pessoa idosa reflete a falta de consciência por parte do poder público e da sociedade em geral no que se refere a relevância da educação ao longo da vida e também de maior inclusão, participação e empoderamento desse segmento etário.

A grande parcela da população composta por pessoas com 60 anos ou mais ainda não recebe um tratamento respeitoso e digno na mesma proporção com o que contribuíram para a formação da sociedade.

A falta de políticas educacionais para a pessoa idosa reflete o grau de carência e até irrelevância pela falta de respeito, de interesse e de responsabilidade da sociedade com essa faixa etária e reforça apenas por meio de ações isoladas quando do interesse eleitoral, sendo registrada apenas em períodos estabelecidos e definidos.

As mudanças no contexto social ocasionadas pela pandemia, alertaram para reflexões quanto aos cuidados com a saúde, aos cuidados sanitários e medidas de segurança como também às exigências e adaptações a esta nova realidade.

Embora com impactos negativos, por meio das reinvenções das atividades, utilizando os aplicativos tecnológicos registra-se que não ocorreu a diminuição das oportunidades de aprendizagem, mas por outro lado, foram ampliadas pela exigência de aprender a trabalhar com os aplicativos, buscando sempre a maior inclusão social dos idosos, para mantê-los ativos, participativos, integrados, socializados, com conhecimentos atualizados.

Segundo Oliveira (1999, p.255) “Torna-se necessária a sensibilização da população brasileira e do poder político para o problema da velhice que hoje está subordinado a outros problemas sociais a que, de certa forma, a poucos interessa.”

Para se alcançar uma sociedade justa e igualitária, é necessário ter clareza de que a socialização do saber elaborado é essencial, pois a valorização do saber objetivo é essencial na formação humana. Nesse sentido, é importante destacar a importância dos conteúdos historicamente acumulados, ou seja, os conteúdos clássicos. Tornar o aluno um sujeito emancipado futuramente requer uma educação que tenha como

prioridade esta premissa e, para isso, precisa estar afinada com as tendências manifestadas na sociedade que apontam para a necessidade de uma formação geral sólida, da capacidade de manejar conceitos e desenvolver o pensamento abstrato (SAVIANI, 1995).

A situação educacional dos idosos e dos serviços oferecidos ainda estão longe de garantir as especificidades e necessidades tão característicos deste segmento. Essas fragilidades demonstram que a demanda é grande e é necessário investir no processo educacional, bem como na formação de profissionais qualificados e no investimento de pesquisas e estudos na área da Gerontologia e da Geriatria.

Não se pode considerar que o grande contingente de idosos registrado hoje na pirâmide demográfica brasileira é a mola propulsora de diferentes estigmas atribuídos à velhice, seria demasiadamente ingênua essa posição. O idoso sempre existiu porque a população é estruturada pela coexistência de gerações que se renovam, entretanto o que modificou e ainda precisa avançar refere-se às representações sociais da velhice aliadas ao movimento da sociedade com relação aos idosos e a maneira como são vistos e reconhecidos pela sociedade. “O idoso é um ser de direitos que são efetivos com o reconhecimento da sua necessidade no engrandecimento da humanidade. É na constatação da sua sabedoria que se constrói uma sociedade de respeito e dignidade”. (QUADROS, OLIVEIRA, RODRIGUES, CORTE, 2018, p. 202).

A política específica para esse segmento etário requer urgente implementação para prevenir uma catástrofe anunciada e constatada pelos dados demográficos da população brasileira, que envelhece rapidamente, e a sociedade ainda não se encontra preparada para atender essa demanda.

A educação exerce um papel fundamental como atenuante na redução das discrepâncias de valores e de ideias que causam tensão entre as diferentes gerações, ao mesmo tempo em que a busca de integração entre as gerações poderá se constituir como uma estratégia relevante para reverter a médio e longo prazo o processo de desvalorização do idoso na cultura nacional brasileira.

É inevitável a transformação progressiva do lugar social da velhice, esboçando o reconhecimento como sujeito psíquico existente e como agente social, sendo essencial a participação do idoso nesse processo tanto quanto a concepção de educação

permanente, que possibilitarão repensar os limites impostos e estabelecer um projeto possível de futuro.

“Os idosos necessitam de atenção, investimentos e espaço para uma vida digna. Deve ser esse o compromisso da sociedade brasileira em toda a sua amplitude, repensando os limites da velhice e desenhando um panorama mais otimista de esperança e conquistas.” (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2007, p.128).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 3 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Lisboa, v.16, n.1, 2008, p.5-20.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOMES, A.M. (org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

KACHAR, Vitória. **Terceira Idade e informática**: aprender revelando potencialidades. São Paulo, Cortez. 2003.

MIRANDA, Leticia Miranda de; FARIAS, Sidney Ferreira (2009). **As contribuições da internet para o idoso**: uma revisão de literatura. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, n. 29, p. 383-394, June 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 31 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000200011>.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas.1999.

OLIVEIRA, Flávia; OLIVEIRA, Rita de Cássia. As pessoas idosas no Brasil: contexto demográfico, político e social. REQUEJO, Agustín; CABRAL, Fernando (org.). *In: As pessoas idosas*: contexto social e intervenção educativa. Lisboa, Instituto Piaget, 2007.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; D'ALENCAR, Raimunda (org.). **As experiências de universidades abertas em um Brasil que envelhece**. Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, Rita de Cássia, SCORTEGAGNA, P. OLIVEIRA, Flávia . Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG/Brasil: o idoso no contexto extensionista da universidade. OLIVEIRA, Rita de Cássia, SCORTEGAGNA, Paola (org.) *In: Universidade Aberta para a Terceira idade: o idoso como protagonista na extensão universitária*. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2015.

QUADROS, Sheila; OLIVEIRA, Rita de Cássia; RODRIGUES, Vanessa Elisabete; CORTE, Anelise. Velhice e envelhecimento a partir da perspectiva de longevidade: novos sujeitos, novos atores. SILVA, Aline et al. *In: Pesquisas em Ciências Sociais: educação e direitos humanos*. Rio de Janeiro, Ed. Multifoco, 2018.

RANIERI, N. **Direito à educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001876/187688por.pdf>>. Acesso em: 24out.2017.

SAVIANI, Dermeval. **Desafios para a construção coletiva da ação supervisora: uma abordagem histórica**. Série Ideias, nº 24, São Paulo, FDE, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília. Organização Pan Americana da Saúde, 2005.

_____. World Population Prospects 2019: **Highlights**. June 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp>, 2018.

Recebido em 15/10/2022

Versão corrigida recebida em 30/10/2021

Aceito em 06/12/2022

Publicado online em 15/12/2022